


Violência contra as mulheres e educação no interior do Estado da Bahia: interfaces entre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e as escolas públicas

Violence against women and education in the interior of the State of Bahia: interfaces between the network to combat violence against women and public schools

 Sandra Santos de Araújo *
Tatiane dos Santos Moreira **
Zuleide Paiva da Silva ***
Gercilene Meireles ****

Recebido em: 9 jun. 2022
Aprovado em: 9 ago. 2022

Resumo: Este texto apresenta o projeto-intervenção intitulado “Violência contra as mulheres e educação no interior do estado da Bahia: interfaces entre a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres e as escolas públicas”. Busca-se compreender as interfaces entre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e as escolas públicas de Biritinga-BA. A abordagem metodológica é qualitativa, utilizou-se como instrumento para a produção de dados o Ateliê de Pesquisa (MEDEIROS; SILVA 2017), subsidiado pela comunicação com tecidos na perspectiva de Kimsooja (2020). O paradigma epistemológico é decolonial, com referência nos estudos de hooks (2017), Walsh (2017), Quijano (2014). A Análise de Informação foi realizada através do Ciclo da Política de Stephen Ball (1994; 2010). As pessoas da pesquisa são os gestores da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e os coordenadores pedagógicos das escolas públicas de Biritinga-Bahia. A pesquisa será desdobrada em um projeto de intervenção que visa desnaturalizar, através dos ateliês de pesquisa, as mais diversas formas de violência praticadas contra as mulheres.

Palavras-chave: Violência contra mulher. Educação. Interseccionalidade.

Abstract: This text presents the intervention project entitled “violence against women and education in the interior of the state of Bahia: interfaces between the Network for Combating Violence Against Women and Public Schools” sought to understand the interfaces between the network for combating violence against women and public schools. women and public schools in Biritinga-BA. The methodological approach is qualitative, the Research Workshop (MEDEIROS; SILVA 2017) was used as an instrument for data production, supported by communication with fabrics from the perspective of Kimsooja (2020). The epistemological paradigm is decolonial with reference to the studies of hooks (2017), (Walsh (2017), Quijano (2014). Information Analysis will be carried out through Stephen Ball’s Policy Cycle (1994; 2010). The people involved in the research are the managers of the Network to Combat Violence against Women and the pedagogical coordinators of public schools in Biritinga-Bahia. forms of violence against women.

Keywords: Violence against women. Education. Intersectionality.

* Sandra Santos de Araújo é mestra em Educação e Diversidade (MPED/UNEB). Membro do Grupo de Estudos e Leituras Formação, Experiências e Linguagens (FEL/UNEB). Professora da Educação Básica de Biritinga - BA. Contato: sandra.jus12@gmail.com

** Tatiane dos Santos Moreira é mestra em Educação e Diversidade. Membro do Grupo de Estudo e Leitura Formação, Experiências e Linguagem (FEL/MPED/UNEB). Professora da Educação Básica de Feira de Santana - BA. Contato: tatiane.moreira@nova.educacao.ba.gov

*** Zuleide Paiva da Silva é doutora em Difusão do Conhecimento (UFBA, IFBA, UNEB, UEMS, SENAI-CIMATEC, LNCC), mestra em Gênero, Mulheres e Feminismos (UFBA). Contato: eidepaivasilva@gmail.com

**** Gercilene Meireles é mestranda em Educação e Diversidade (MPED/UNEB). Agente Comunitária de Saúde/SUS/Biritinga - BA. Contato: gerci.meireles22@gmail.com

Introdução

A violência de gênero contra as mulheres e suas expressões encontram-se presentes no âmbito dos espaços educativos. Diante disso, as instituições devem criar estratégias de respeito às mulheres, a começar pelo respeito às identidades de gênero que forjam a heteronormatividade¹, uma vez que as identidades manifestam-se nas diferenças (BUTHER, 2008). Nessa direção, Butther (2008) defende que tudo existe num processo de diferenciação.

Para a autora mencionada, o gênero é uma produção social, é um ato intencional produzido ao longo dos anos, e não deve ser visto como um atributo fixo de uma pessoa, todavia como uma variável fluida que apresenta diferenças, muitas vezes, marcadas pela interseccionalidade de gênero decorrente de cor, raça, classe, preconceito (CRENSHAW, 1997), reproduzidas e retroalimentadas nas instituições de educação formal e não formal. Nesse sentido, Arroyo (2019, p. 59) defende que o racismo estrutural, tão incrustado nos padrões de poder, de classe, de gênero, de trabalho, acrescenta radicalidades antiéticas aos processos sociais, políticos, econômicos, culturais e até pedagógicos ameaçando vidas.

Assim, as instituições de educação, formais e não formais, são constituídas pela diversidade de gênero que envolve diferentes práticas e vivências não reguladas pelo padrão da heteronormatividade, conforme discute Butther (2008). Portanto, o ensino necessita ser amplo e universal, de modo que dialogue com as vivências e experiências de seus alunos. A escola deve cumprir seu fim social. Desse modo, a escola, enquanto instituição de inarredável relevância social, tem um papel fundamental no processo de desnaturalização da violência contra as mulheres nas diversas identidades de gênero, assim como nas representações e modos como os indivíduos constroem histórica e socialmente as masculinidades e feminilidades (SCOTT, 1995).

Partindo dessas prerrogativas iniciáticas, a violência contra mulher é um problema estrutural que ocorre cotidianamente e nas diversas modalidades em todos os espaços sociais, seja de forma não percebida e pejorativa, ou ainda alimentada por práticas decorrentes do colonialismo, patriarcalismo e Capitalismo (QUIJANO, 2014). Arroyo (2019, p. 59) assevera que desde a Colônia, Império e República o poder demonstra ter cor, etnia, sendo possível verificar a existência de negros escravizados, de as mulheres que choram por seus filhos em razão de terem vidas ameaçadas ou por serem mortos por causa de sua cor.

Vale destacar que os impactos da Covid-19, apesar das lições da crise pandêmica, aceleraram cabalmente o aumento da violência contra as mulheres (SANTOS, 2020), principalmente, em países com sistema de saúde

e Estado de Direito fragilizados e que já possuem taxas elevadas da desigualdade de gênero e desse tipo de violência, como é o caso do Brasil. De acordo com reportagem do Jornal Correio online, em relação a 2020², houve uma queda de 31% nos registros da Rede de Observatórios da Segurança, no estado da Bahia, porém, ao analisar os tipos de violência sofridas por essas vítimas, não há grande variação quando se trata de feminicídio: foi de 70 em 2020 para 66 casos em 2021. Como se não bastasse, segundo informa reportagem exibida pelo Globoplay, 50 mil mulheres pediram medidas protetivas contra violência doméstica em São Paulo, em 2020³, motivo pelo qual se justifica o Plano de Intervenção Educativa nos espaços de educação formal e não formal de educação, dado que a rede e a escola, juntas, poderão articular estratégias importantes para enfrentar, desnaturalizar e resistir à violência contra as mulheres.

Nesse sentido, os enfrentamentos a esse tipo de violência ocorrem de forma desarticulada, o que compromete o atendimento adequado às mulheres vítimas. A legislação ainda não logrou êxito com efetividade para atender a demanda, sendo imprescindível recorrer à educação como possibilidade que permita desmistificar a violência contra mulher.

Portanto, o artigo apresenta um projeto-intervenção que surge em resposta a um problema concreto definido: como se constituem as interfaces entre a rede de enfrentamento à violência contra a Mulher e as escolas públicas no Município de Biritinga, microrregião de Serinha, localizada no Território de Cidadania do Sisal, no Estado da Bahia.

Trata-se de um recorte de trabalho de conclusão de curso do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade que propõe um Plano de Intervenção Educacional, o qual aborda questões relacionadas à violência contra as mulheres nos espaços de educação formal e não formal de educação, com gestores da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e gestores da educação pública. A temática de gênero e sexualidade foi ganhando potência a partir das orientações e discussões dos textos nos encontros do Grupo de Estudos, Formação, Experiências e Linguagens (FEL). Tais estudos foram aprofundando acerca das concepções de gênero na sociedade e como isto tem repercutido na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e na escola – nos diferentes níveis de ensino. Instantes estes que despertaram a relação entre a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas. Portanto, essa é uma proposta engajada e implicada na luta pelos direitos das mulheres.

Diante disso, este projeto tem como objetivo compreender as interfaces entre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e as escolas públicas de Biritinga-BA.

Tipo de estudo

Nesse caminhar, o percurso foi traçado na perspectiva Decolonial (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019)⁴, com abordagem metodológica qualitativa. A análise de informações foi realizada através do Ciclo da Política de Stephen Ball (MAINARDES, 2006)⁵. Recorremos ao dispositivo *Ateliê de Pesquisa* (MEDEIROS; SILVA, 2017). Mediante essa proposta, vislumbramos três ateliês virtuais, executados através da Plataforma *Microsoft Teams*, constituídos por seis gestores da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e seis Coordenadores Pedagógicos da Educação Básica, tendo em vista a conjuntura atravessada pela Covid-19, e as transformações causadas e vivenciadas, pelas mulheres no período pandêmico.

Para isto, o Ateliê de pesquisa, na perspectiva de Medeiros e Silva (2017), funciona como dispositivo inerente a essa formação, dado ao movimento coletivo aberto, no qual o pesquisador segue o movimento do coletivo. Os participantes tecem a trama juntos, a fim de que o tecido final demonstre os diversos significados das tramas na vida. Assim, nos diálogos colaborativos, surgem reflexões, relatos de experiências importantes para fomentar as informações da pesquisa.

O ateliê se alicerça na construção de um espaço formativo, tecido de forma coletiva. É um lugar produzido por pessoas e/ou profissionais com vontade de criar, onde se pode experimentar, manipular e produzir produtos resultantes da pesquisa como princípio educativo, cognitivo, formativo, colaborativo e de reflexões e avaliações constantes sobre a prática pedagógica (MEDEIROS; SILVA, 2017).

Dessa forma, com base na problemática, os saberes das memórias foram visibilizados através da comunicação com tecidos na perspectiva de Kimsooja (2020), valorizando sua trajetória e reconstruindo sua identidade de modo que possam refletir, respeitar e ter empatia com cada participante. Portanto, destacamos a potência dessa instalação de tecidos como recurso para acolher e agregar significâncias coletivas.

Iniciamos a instalação virtual, simbolizando um Varal de Tecido, inspirada nas produções de Kimsooja (2020). Trata-se da apresentação de variados tecidos que foram escolhidos pelos participantes do Ateliê. Cada pessoa seleciona uma peça e a partir dela narra sua experiência com a temática em pauta. Assim, são colocados no varal recortes de tecidos de diferentes texturas e cores (vermelho, preto, estampado, quadrados, rústicos, duros, seda, chita etc.) e os participantes explicam o porquê de escolherem tal tecido, narrando suas memórias e experiências de vida.

O intuito é produzir conhecimentos, forjar experiências, vivências e práticas docentes dos gestores da rede

e da escola. Nessa direção, apostamos na aproximação da arte contemporânea⁶ através do tecido no Ateliê, instantes de trocas e experiências que possibilitaram a comunicação através de tecidos, tomando como referência a linguagem artística, sob a perspectiva de kimsooja (2020).

Para tanto, toda instalação com tecido se embasa na escuta, registro e partilha de um cotidiano que respeita a voz de direitos, neste caso das mulheres. Traz a beleza da individualidade dos tecidos – cada família tem o seu tecido, cada gestor, mulher tem um tecido com instalação no pátio, no jardim, no quintal e significa historicizar as relações sociais de gênero. Assim resumimos a proposta de experiência: levantar os tecidos em varal, filmar, fazer um compilado de fotos e mostrar que é possível realizar uma instalação saindo do planejamento para a execução, desmistificando a violência de gênero a partir da comunicação com tecidos.

Imaginamos, enfim, que esse circuito de vivências, espécie de formação em rede, colaboração de conhecimento, circuito de aprendizes, possibilitou momentos ímpares na prospecção de informações, bem como reverberou em manifestações subjetivas mediadas pela via digital, demonstradas pela plataforma virtual *Microsoft Teams*, entrecruzando a atividade educacional.

Fundamentos teóricos e conceituais para a inovação educativa

Iniciamos com a história de vida de Maria da Penha Maia Fernandes: farmacêutica, casada com um professor universitário e economista, viviam em Fortaleza-CE e tiveram três filhas. Por duas vezes, o marido tentou matá-la. Na primeira vez, em 29 de maio de 1983, simulou um assalto, utilizando-se de uma espingarda, por consequência ficou paraplégica (DIAS, 2015). Pouco mais de uma semana do retorno do hospital, em nova empreitada, tentou eletrocutá-la por meio de uma descarga elétrica enquanto ela tomava banho.

Partindo das premissas, a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, nasce com o fim de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; dispõe sobre a criação dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Dentro desses pressupostos, a preocupação em implementar mecanismos que importassem em maior punição a esse tipo de violência surgiu bem antes da lei

em exame, como se constata na lei 10.455/2002, que acrescentou parágrafo único ao artigo 69 da 9.099/95, incorporando a medida cautelar de afastamento do agressor do lar conjugal a ser decretada pelo juiz no âmbito do JECRIM, no caso de violência doméstica que hoje alterada pela nova súmula 536 do STJ: proibição da aplicação de benefícios da Lei 9.099/95 aos acusados de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. Dessa maneira, a lei tornou-se mais severa; e ainda, da lei 10.886/2004, que previu um subtipo de lesão corporal de natureza leve, aumentando a pena mínima de três para seis meses de detenção caso praticada em caráter de violência doméstica.

Por tal razão, acreditamos que o caminho para resistir e desnaturalizar essa violência seja por meio da educação. Nesse diapasão, consideramos que a escola pública enquanto espaço potente de conhecimento e relações privilegiadas de convivência pode constituir-se de diversos papéis desde espaço crítico, dialógico de construção, de interações éticas com a diversidade da diferença e da identidade, como também pode reproduzir posturas tradicionais hierárquicas e eurocêntricas, filiadas ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo à brasileira.

Todavia, é possível trilhar por um viés de educação libertadora que respeite o gênero, a sexualidade e crie óbice à violência contra a mulher, tão opressora e estereotipada no âmbito da sociedade. Conforme nos ensina hooks (2017, p. 273), precisamos trabalhar pela liberdade, cruzar fronteira para transgredir o ensinar e aprender:

[...] academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado a sala de aula com todas as suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela Liberdade, exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que coletivamente imaginemos esquemas para cruzar fronteiras para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade.

Como vemos, hooks (2017), engajada e implicada nas práticas pedagógicas, prevê uma educação como prática de liberdade – um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Dessa forma, a feminista negra tece conhecimentos de resistência, uma pedagogia profundamente anticolonial, inspirada em Paulo Freire. No atributo da participação livre e crítica dos educandos, produz a obra *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da Liberdade*. Nessa perspectiva, a autora acredita numa construção humanística, antirracista, antissexista, anti-homofóbica, pluralista, transgressiva, de respeito à diversidade.

Nesse diapasão, necessário se faz compreender a violência contra a mulher como reflexo dos papéis sociais

hierarquizados nas relações de poder desiguais e da cultura do patriarcado. Desse modo, entende-se que os meios necessários para a superação da violência de gênero contra a mulher caminham para o estabelecimento de estratégias educativas concretas que promovam a cultura da igualdade de gênero e direitos humanos a partir do âmbito da educação.

Sendo assim, observa-se que “é uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, mulheres negras e do terceiro mundo e de lésbicas” (LORDE, 2019, p. 135).

Segundo a autora, “com uma convicção cada vez maior, o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser magoada ou incompreendida. A fala me recompensa para além de quaisquer outras consequências” (LORDE, 2019, p. 51). Nesse sentido:

Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. Mas a cada palavra dita, a cada tentativa que fiz de falar as verdades das quais estou em busca, tive contato com outras mulheres enquanto analisávamos as palavras adequadas a um mundo no qual todas nós acreditávamos, superando nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado dessas mulheres que me deram força e me permitiram esmiuçar aspectos essenciais da minha vida. (LORDE, 2019, p. 52)

Dentro dessa discussão, a autora menciona que o silêncio é perverso e não protege. Afirma: “É claro que tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem é ação é um ato de revelação individual, algo que sempre carregado de perigo” (LORDE, 2019, p. 53). E acrescenta: “em nome do silêncio, cada uma de nós evoca a expressão de seu próprio medo do desprezo, da censura ou de algum julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação” (LORDE, 2019, p. 53).

Assim, “a história de uma mulher negra é [...] feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural e ancestral [...]” (GONZÁLEZ, 2020, p. 268). Ainda com base em suas palavras:

Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até à noite, após ter servido o jantar e deixar tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente, mas vemos os dados objetivos que podem nos fornecer elementos para um conhecimento da sua situação como força de trabalho nos últimos anos (GONZÁLEZ, 2020, p. 40).

A partir dessa inteligência da autora, “o que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral

e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito mais a quem nos ouve” (GONZÁLEZ, 2020, p. 43). Logo, “na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele é excluído e tratado como objeto e não como sujeito” (GONZÁLEZ, 2020, p. 43,).

Para tanto, aquele papo do “‘exige-se boa aparência’, dos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: “negra não serve”. [...] a trabalhadora negra tem que ficar ‘no seu lugar’: ocultada, invisível, ‘na cozinha’. [...] considera que a mulher negra é incapaz, inferior, [...]” (GONZÁLEZ, 2020, p. 218-219).

Dessa maneira, acontece que a “mudança” de mucama à empregada doméstica apenas cutuca a culpabilidade branca, porque ela continua sendo mucama com todas as letras. Por isso ela é violentada e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se articularmos divisão racial e sexual de trabalho fica até simples (GONZALEZ, 2020).

Valem alguns questionamentos: por que será que ela só desempenha atividades que não implicam ‘lidar com o público’? Ou seja, atividades em que não pode ser vista? Por que será que os anúncios de emprego falam tanto em ‘boa aparência’? Por que será que na casa das madames ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Porque é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais? (GONZALEZ, 2020).

Por fim, é fundamental a luta por direitos das mulheres, principalmente as mulheres negras, sobre as quais os índices de violências são mais elevados, devido ao eixo interseccional da opressão.

As interfaces entre a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas: resultado de uma intervenção

O ateliê de encontro foi realizado visando desnaturalizar a violência de gênero através de práticas colaborativas entre a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e as Escolas Públicas. No dia 29 de junho de 2021, demos início ao encontro às 20:00h, com o compartilhamento, na tela do computador, de fortes imagens de violência contra mulher, enquanto recepcionávamos os gestores e coordenadores, durante 15 minutos. Os participantes do encontro, agentes de escolas públicas e agentes das políticas de enfrentamento à violência doméstica, foram nomeados Maria e José, conforme seu gênero, acompanhados de algarismo arábico que os identifica pela ordem de fala.

Neste ateliê, assistimos também a duas entrevistas com mulheres biritinguenses que sofreram violências. Pensamos que este seria o momento de tornar o

encontro mais propício às sensações, emoções, a fim de permear suas falas pelas expressões mais íntimas, fazendo uma escuta sensível daquilo que a(o) atelieirista tinha a dizer não somente como gestora/gestor, mas como indivíduo que se posiciona socialmente (MEDEIROS; SILVA, 2017).

Para Marques, Andrade e Araújo (2020, p. 173), “[...] a reflexão sobre a educação socioemocional se reveste de sentido, uma vez que carrega em si uma necessidade apresentada pela sociedade atual, que atravessa movimentos de tensões, competições e disputas de poder”. Nesse sentido, é importante pensar e praticar encontros formativos em diálogo com as emoções, na perspectiva de promover também a educação para o sentir, para o emocionar.

Nesse encontro, José 3, policial militar, portanto integrante da gestão de políticas intersetoriais de enfrentamento à violência contra a mulher, deu início à discussão. Esse agente público ressalta que muitos homens não respeitam as leis no tocante à temática, de modo que o papel da polícia é o de tentar reprimir atos de violência, acompanhar e encaminhar mulheres que porventura tenham sido agredidas, a fim de que recebam o devido atendimento. No entanto, conforme ressalta, existe:

[...] dificuldade hoje para o registro dessas ocorrências, que a gente demanda até para entrar em ação, a atuação da polícia militar inclusive, de uma forma técnica, porque é necessário que a gente tenha os policiais militares e todos os guardas dessa rede com esse convencimento da forma de atuação para poder acolher uma mulher que seja vítima, para que seja devidamente orientada, acolhida, vítima dessa violência contra a mulher (José 3).

Nas palavras de José 3 observamos que há, por parte das/dos agentes públicos, tanto da gestão escolar quanto de políticas públicas, o entendimento da importância desse acolhimento, orientação, encaminhamento, mas também há o reconhecimento de dificuldades, as quais impedem que seja feito um trabalho mais efetivo. Brino e Souza (2016) tratam dessas dificuldades em identificar situações dessa natureza, pois algumas(uns) dessas(es) agentes “[...] associam a violência à conjuntura econômica, social e política e a aspectos culturais; para alguns, os atos violentos fazem parte do ciclo intergeracional e da dinâmica familiar, bem como a punição física, considerada violência por uns, é defendida como medida educativa por outros” (BRINO; SOUZA, 2016, p. 1252).

O participante assevera o compromisso em buscar oferecer um atendimento de qualidade e ressalta, ainda, a importância desse encontro de pesquisa e formação realizado nesta pesquisa, como um meio de socialização da temática e alinhamento das ações, dada a importância do contexto acadêmico.

[...] essa é a fala que na verdade eu deixo aqui, que a cada instante a gente possa se aproximar e valorizar realmente o lamento de alguém, as queixas, buscar ampliar a nossa percepção enquanto profissionais, enquanto pessoas, enquanto seres humanos e em especial esses profissionais que compõem essa rede aí, para que a gente possa realmente através dessa união, com a contribuição de cada um, pelo menos ter um impacto notavelmente nos homens e nas pessoas que ainda não conseguiram compreender que essa prática é absurda e que no nosso estado temos que trabalhar muito para que a gente possa melhorar a condição do nosso estado em particular nesse cenário, [...] (José 3).

Maria 8, coordenadora pedagógica, complementa sobre a importância do encontro e da temática discutida, que, apesar de não ser novidade, é um fenômeno recorrente e que acontece não só no município, pois, todos os dias, vemos na TV e redes sociais notícias de novos casos em outros lugares. E mais: “[...] mesmo com medo, muitas já falam e nós sabemos que infelizmente tem grande quantidade que não se expressa, não fala e que tem medo, porque sofre ameaças, nós sabemos disso, então terminam se calando e continuam vivendo essa vida de sofrimento [...]” (Maria 8).

Galvão e Andrade (2004) lembram-nos que a sociedade, por longo tempo, assistiu à violência contra a mulher como se essa mazela fizesse parte da tradição cultural, de maneira cúmplice e indiferente, fortalecendo sua prática e

dificultando seu combate. Diante disso, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher constitui-se uma relevante estratégia, em âmbito nacional, centrado na orientação e execução de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo em vista “garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres” (BRASÍLIA, 2011a, p. 11), acolhendo-as e fortalecendo-as.

Nesse encontro, instalamos um “varal de tecidos” online, seguindo a proposta de Kimsooja (2020). A intenção, com esta técnica, é que a(o) participante, ao entrar em contato, neste caso, visual, com as imagens dos recortes de tecidos selecione aquela(s) com a(s) qual(is) mais se identifique, sendo a(s) sua(s) escolha(s) da ordem da afetividade. Assim, pedimos que narrassem suas memórias relacionando-as com a temática Gênero. Alimentamos essas narrativas com perguntas tais como: esses depoimentos do documentário remetem-no a qual tecido? Associar o documentário às imagens do varal em tecido; por que associou essa imagem ao vídeo?

De modo geral, empenhamo-nos, nesse encontro, em que as (os) colaboradoras(es) expusessem sensações e afetos, com base em suas vivências, experiências, subjetividades, trazendo à memória situações relacionadas à violência de gênero, em interlocução com a(s) estampa(s) escolhida(s). A Figura 1 reúne amostras dos recortes de tecidos utilizados no varal virtual.

Figura 1 - Amostra com as imagens dos recortes de tecidos



Fonte: Produzida pela pesquisadora.

Vale mencionar, diferente do que esperávamos, que algumas (uns) atelieristas não escolheram um tecido, explicando o porquê disso, no momento de sua fala, como Maria 2 e Maria 8. Acrescentamos, também, que respeitamos suas escolhas, principalmente porque esperávamos que fizessem suas opções livremente, não sendo uma intervenção de fora para dentro, mas, sim, o contrário. Maria 1, por sua vez, justificou sua escolha pela estampa “azul turquesa com flores vermelhas e amarelas claras”:

Veja bem, a cor azul eu vou associar aos homens, uma cor vista pela sociedade como uma cor de homem, o machismo e aí nós temos, como visto o azul na sociedade como uma cor masculina, é visto como o ser mais forte, aquele que comanda, o que tem poder e é ele quem dá as ordens. Sobre essa cor azul, sobre essa “fortaleza” temos as flores espalhadas, temos primeiro as vermelhas que representam o amor, o sentimento e o coração, mas também nos remete ao sofrimento e ao sangue derramado. Quantas mulheres já perderam a vida pela mão de homens machistas, violentos e perigosos, e aí veja bem, ao mesmo tempo que o vermelho é visto como a cor do amor, do sentimento, ele também é visto como a cor do sofrimento e da dor e o que acontece também é que temos as cores mais claras que eu vou associar esse amarelinho às mulheres que são mais calmas, mais suaves, mais tímidas, mais medrosas. Aí temos uma flor rosinha sozinha, perdida no tom do azul, que eu vou associar com aquelas mais sofridas, mais delicadas, o rosa nos remete à leveza, calma, serenidade, temos também as folhas verdes claras em meio a essa violência toda do homem sobre a mulher, sobre a parte mais frágil, porque as flores são delas, mas são frágeis, você pode pisar, ou esmagar e aí eu faço essa semelhança comparando flores a nós mulheres, nós não temos a mesma força de um homem de forma nenhuma, então ele e a maioria que se sente assim superior acha que pode pegar essas flores (mulheres) e esmagá-las, pisa-las, chicoteá-las, esbofeteá-las, fazer tudo de gato e sapato como se diz o ditado popular e esquecem que essa parte frágil tem sentimentos, é dotada de valores, de princípios e que sofre na alma, na carne, [...]. Então falta que os homens, de maneira geral saiam, desçam do pedestal do machismo, da violência e comecem a ver a mulher como esse ser frágil que precisa do apoio, que precisa ser ouvida, que precisa ser socorrida, falta muito isso. [...] E o verde, ainda bem que tem essas folhas verdes, pois elas representam a esperança em meio a toda essa violência, temos esperança que dias melhores virão, que as coisas vão melhorar, vai melhorar sim. Hoje como minha colega falou [...] já tem mulheres que têm coragem de falar, que no passado foi muito pior, ficavam trancadas no seu silêncio, hoje, graças a Deus, já temos leis que nos dão esse amparo, então temos esperança que tudo pode vir a ser melhor, depende de nós (Maria 1).

Observamos na fala de Maria 1 uma analogia bastante interessante entre as cores e imagens da estampa que permitem ressaltar as diferenças entre masculino e feminino, chamando atenção para a necessidade de cuidado, respeito e proteção às mulheres por parte de

seus companheiros, além de destacar o processo de empoderamento de muitas mulheres que, hoje, têm coragem de romper com o silêncio e buscar ajuda. E se muitas têm coragem, hoje, é porque há, conforme o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, maior incentivo à garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, fortalecimento da rede serviços para atendimento de mulheres vítimas de violência, bem como sua autonomia e garantia de outros direitos, ainda que precisem ser fortalecidos (BRASÍLIA, 2011a).

Em seguida, José 2 discorreu sobre sua escolha:

[...] A gente não consegue explicar a agressão, principalmente nós policiais militares, civis, a autoridade em si, pessoas que trabalham diretamente com isso. Por outro lado, a gente vê o seguinte, que as mulheres na verdade estão superando isso, mas eu acho que ainda a maioria por medo de perder até o sustento da família [permanece na situação de opressão], [...] para mim ainda está obscuro essa parte da violência, como também o da própria mulher não correr atrás dos seus direitos e a gente vê isso, que ela tem medo de perder o sustento, a casa e geralmente é em cima disso aí, por isso eu escolhi essa cor.

Além disso, José 2 salientou, ainda, a importância da formação do indivíduo desde a infância como forma de conscientizar sobre o respeito, sobre questões legais ao reconhecer que a violência, seja de qualquer tipo, caracteriza um crime, passível de punição. Em consonância com Ferreira (2019), Ando (2011), Santos (2012), Preto (2011), entre outros, verificamos o importante papel das escolas nas ações para prevenção à violência contra a mulher, o que acreditamos coadunar com essa formação do indivíduo desde a infância, em um trabalho que também pode ser realizado pela família e outros campos de relação humana. Homens e mulheres convivem, em sociedade, há séculos e até hoje não houve uma satisfatória compreensão do outro, principalmente do masculino em relação ao feminino, e isto intriga José 2. Vista como uma propriedade, como inferior ao homem, a mulher encontra-se subalternizada, sem poder sobre suas vontades, ações e, principalmente, suas próprias palavras (SCHOUTEN, 2011); diante disso, seu silêncio pode ter várias razões, seja para proteger os filhos, seja em razão da própria cultura do silêncio, além do medo e outros motivos.

Já a atelierista Maria 7 informou: “Então, eu escolhi alguns tecidos, mas eu vou escolher o primeiro eu acho que é um vermelho”. Para ela, o tecido representa a diversidade:

[...] A cultura que vem orientando essa questão da violência, ela vê muita mulher como submissa e quando essa mulher diz basta para mim chega, a violência chega ao extremo pode chegar ao extremo, já fazendo um contraponto com o vídeo da moça, ela que é uma conterrânea chegou ao extremo no

momento que ela chegou e disse para mim basta. Quando essa mulher evolui, começa a tentar ter voz ativa, no sentido de se defender e dar um basta naquilo que não está lhe fazendo bem, e aí isso é insuportável para aquele que sempre quer estar na postura de domínio e por outro lado também eu vejo a questão da baixa autoestima, de vários aspectos do seu eu que está ali interditado que vê a vítima como ameaça dentro das suas fantasias, a mulher não é uma ameaça para o homem, mas eles se sentem, dentro da forma que ela conduz a vida, a família, eles acabam a se sentir ameaçados e acabam expressando a violência para tentar manter essa mulher ali submissa a eles. E aí são memórias que vem se perpetuando.

Maria 7, na condição de psicóloga, demonstrou possuir um profundo conhecimento do que se passa não só com a vítima de agressão, mas também daquilo que se passa na mente de um agressor, suas “motivações” para tal comportamento. Desse modo, ressalta também que o papel do CRAS, nesse sentido, é o de acolher, reunir informações, tranquilizando essas famílias e dando todo o apoio possível e necessário para o fortalecimento do vínculo familiar, não sendo simplesmente a prisão do agressor o principal foco, pois, por vezes, existe o “[...] medo e fica preocupada que a pessoa pode ser presa [...], mas deixamos bem claro que nosso papel não é esse, nosso papel é ajudar e acolhê-la, a fim de superar essa situação” (Maria 7).

Em consonância com Nothhaft e Beiras (2019, p. 1), “[...] é necessário trabalhar e envolver os homens [...]”. Principalmente porque, na maioria dos casos, são homens que perpetram essa violência, as construções de masculinidade desempenham um papel crucial nas suas formas, e acrescentam que estes “[...] também têm a ganhar com a sua diminuição, tanto em relacionamentos mais saudáveis, quanto em uma maior liberdade em relação às ‘definições dominantes de masculinidade’”. É importante olhar para o homem agressor não apenas como um criminoso, mas como alguém que precisa de auxílio para mudar um comportamento nem sempre resultado de uma característica pessoal, mas de uma construção cultural, nociva a todos.

Por conseguinte, foi a vez de Maria 2, coordenadora pedagógica, a qual declarou se ver em cada um dos tecidos, não escolhendo um especificamente, “[...] pela trajetória de vida [...] como mãe, como professora, profissional da educação [...]”. Para nós, a colaboradora enxerga o varal de tecidos como uma “rede”, pois pode denotar as diferentes áreas da vida, bem como os distintos órgãos envolvidos no enfrentamento da violência contra a mulher (BRASÍLIA, 2011b), especialmente no município de Biritinga-BA. A participante da pesquisa conta-nos uma história vivenciada:

[...] tudo ali naquele emaranhado, naquela história na verdade que são mais de vinte anos que a gente luta na parte

educacional. Eu quero retratar aqui rapidinho na minha vivência, de polícia militar já vi muitos casos, e há uns dezoito anos mais ou menos eu trabalhava com a professora Maria 1 e Carlos [não se trata de participante do encontro], nós fomos chamados para uma ocorrência que se tratava de violência contra a mulher, um caso gerado por ciúmes na região. Segundo a informação essa mulher tinha sido alvejada com uma espingarda no peito. E, assim, foi muito triste principalmente para mim, uma mulher que estava iniciando a carreira, vivenciei aquele momento todo ali, fui lá tive que prestar os primeiros socorros, levar para o hospital, torcer pela vida, não achamos o agressor, ele se escondeu, deram cobertura e foi muito triste. Eu fiquei na expectativa de que ela iria viver, iria sobreviver, mas infelizmente antes de chegarmos a Santa Bárbara recebemos a notícia de que ela não tinha sobrevivido. Então, a gente vive nesse emaranhado e é muito triste nós que somos mulheres e participamos desse contexto, trabalhamos diretamente com essas situações, então não é fácil. (Maria 2).

Notamos em seu depoimento o sofrimento vivido também por aqueles que tentam lidar com a situação de agressão, como profissionais. Ainda que tenham preparo técnico, não deixam de ser afetados pelas consequências da violência que atinge o coletivo, pois se deparam com situações que indicam o fracasso das ações, quando uma mulher morre em decorrência de violência. Maria 2 traz em seu relato a questão relativa aos alunos, crianças e adolescentes, que mesmo não sendo vítimas diretas da violência contra a mulher/mãe, estão em situação de risco ao seu desenvolvimento, que pode ser de ordem física, psicológica, sexual, relacional e patrimonial (BRINO; SOUZA, 2016).

Entretanto, apesar desse sofrimento, muitas (os) profissionais seguem lutando:

[...] é muito difícil, mas estamos aqui enfrentando. [...] não vamos conseguir sanar todos os casos, mas todos os que venham até nós vamos tentar resolver. Então eu me vi assim nos tecidos que você colocou um pouquinho de cada coisa pelos anos de experiência e as vivências. E sobre a questão de gênero, hoje na sociedade estamos tratando muito as questões das mulheres, mas existem outros tipos de gêneros que não são mulheres e estão sendo bastante agredidos, eles se intitulam como outros gêneros e a sociedade também não os aceita nas suas opções, [...] também essas pessoas são agredidas, não são só as mulheres não, muitos casos também de homossexuais, de pessoas que no caso escolhem outros caminhos, escolhe outros meios e também são agredidos, então em outro momento a gente pode estar levando essa discussão (Maria 2).

Faleiros (2007) ressalta que grande parte da bibliografia existente sobre a violência de gênero está fixada no masculino e feminino, no domínio do primeiro sobre o segundo, desconsiderando a pluralidade, a diversidade de formas de expressão sexual. Daí nosso interesse em tratar da questão de forma interseccional,

amalgamada a outras formas preconceito e violências contra grupos de pessoas na sociedade, fortalecendo, assim, a luta por direitos de todas e todos.

Para fechar esse ateliê de encontro, reproduzimos o documentário intitulado “Se essa rua fosse Minha”. Com isto, propusemos às(os) atelieristas relacionar o documentário com as discussões tecidas ao longo do encontro a respeito da temática violência de gênero e educação. A intenção foi, juntamente com os participantes, aprofundar nossas reflexões e pensar colaborativamente. Maria 3, então, se pronunciou:

[...] fazendo um paralelo entre o que o José 2 trouxe, a importância da educação, a importância desse processo educativo desde a educação infantil e relacionar ao documentário e uma pergunta que você fez ontem, com relação aos documentos que o município possui e com a temática que a gente está discutindo, eu acredito muito no poder da educação, [...] e a pergunta que você fez ontem com relação aos documentos, a gente tem um plano municipal da educação, que é um documento sólido, um documento construído com base nos parâmetros nacionais que ele traz dentro das suas vinte metas, desde a educação infantil até o ensino superior a importância do respeito à diversidade, seja ela religiosa, seja ela de gênero. E o documento mais recente que nós temos é que o município está em processo de repopulação com base nos parâmetros nacionais da BNCC e ela traz também dentro das suas competências um ganho significativo para o nosso país, um referencial nacional embora tenha muitas críticas, mas eu acho que muita gente não entendeu a essência da BNCC, [...] ela traz isso, esse resgate dos valores, essa importância do cuidar de si e do outro, a importância do respeito à diversidade e ao meio que você está inserido; então nós, como educadores, precisamos repensar essa maneira de ensinar, porque muitas vezes estamos muito apegado ao conteúdo só, de valor mecânico, mas não estamos trazendo a significância desse conteúdo, a relação desse conteúdo para a vida, para a gente formar cidadãos plenos para nossa sociedade (Maria 3).

Com o comentário da coordenadora pedagógica Maria 3, observamos um entrelaçamento das falas dos participantes, dando destaque ao papel de cada organismo no interior da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, demarcando o lugar da educação como um de extrema relevância, onde é possível iniciar um processo de conscientização do indivíduo sobre direitos e deveres, sobre respeito por si e pelo outro. Como vimos anteriormente, a nona competência da BNCC salienta o exercício da empatia, do diálogo, com respeito aos direitos humanos e valorização das diversidades, além de evitar preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017).

Maria 1, neste ponto, fez das palavras de Maria 3 as suas, ou seja, “completando a fala de Maria 3, não podemos perder a esperança” (Maria 1).

José 2 ainda completou:

[...] a escola faz e na verdade precisa fazer ainda não só na escola, mas também na sociedade, só que temos um problema que a gente não observa: os pais, a família não tiveram essa formação, [...] trabalhamos tanto para não desistir e obter esse resultado que infelizmente muitas vezes não vem. Porém tem outro lado, as pessoas que absorvem aquilo e conseguem até levar para dentro de casa, para sua família e para os seus pais, [...] a própria criança ensina isso aos pais o que aprenderam na escola, mas muitas vezes não consegue fazer isso, infelizmente.

Diante da reflexão de José 2, nos questionamos se, apesar dos trabalhos centrados na temática violência contra a mulher, doméstica e de gênero e educação (ANDO, 2011; CORDEIRO, 2017; MEDEIROS, 2018; FERREIRA, 2019, dentre outros), no intuito de identificar situações dessa natureza, preveni-las, bem como refletir sobre a questão e desenvolver nos sujeitos a conscientização, os resultados das pesquisas estariam encontrando ressonâncias na sociedade, provocando as mudanças tão almejadas. Ainda que lentamente, acreditamos que sim, porém são necessárias ações de extensões que alcancem a sociedade como um todo, não só os dispositivos que compõem a rede, mas, especialmente, as famílias.

Neste ponto, após analisar o encontro de pesquisa e formação proposto, concluímos que os participantes veem na educação uma saída para resolução de situações de violência contra a mulher na sociedade, em razão de conscientizar, informar, esclarecer, mudando a mentalidade. Nesse percurso, a escola sozinha não pode dar conta, mas juntos podemos mais. Assim, a perspectiva de enfrentamento à violência numa chave de gênero perpassa especialmente as construções das agentes educacionais.

No desdobramento da pesquisa-intervenção a arte contemporânea, como ponte nesse relacionamento virtual, consubstanciou diálogos com a comunidade, de modo que outras pontes foram estabelecidas com os gestores e formadores para que se chegasse ao chão da escola, da comunidade, das instituições, das crianças, das famílias.

Por fim, essa ponte entre o ateliê de pesquisa e a arte contemporânea com instalações de varal de tecido de forma virtual apresenta-se como proposta para que eles – gestores da rede e formadores da escola – sejam multiplicadores(as), vejam as oportunidades de novas possibilidades de conhecimentos e façam instalações em suas escolas, envolvendo as comunidades nessa articulação da doação, da entrega, do tecido como potência e pertencimento pessoal, como vínculo de relacionamento.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi compreender as interfaces entre a rede de enfrentamento à violência contra as

mulheres e as escolas públicas de Biringinga-BA. Nessa proposta, é importante que os gestores se tornem atores fundamentais nesse processo de luta e enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres previstos nas leis 11.340/2006 e 13.104/2015, respectivamente, nas instituições formais e não formais de educação.

Conforme vimos nas discussões realizadas pelos participantes no encontro para realização do ateliê de pesquisa, eles têm consciência da realidade em que se encontram as mulheres vítimas de violência, seus filhos e, até mesmo, os agressores, reconhecendo, também, a aplicabilidade da lei e acolhimento dessas mulheres. No entanto, ressaltam a necessidade de fortalecimento da rede, integração entre todos os órgãos responsáveis, bem como preparo para lidarem com situações dessa natureza.

Assim, por meio da execução deste plano de intervenção educacional, é possível contribuir para que os participantes obtenham êxito em sua ação junto aos órgãos da rede e da escola, com atitudes e ações que combatam toda e qualquer forma de preconceito e discriminação relacionados à diversidade sexual e de

gênero no ambiente da rede e escolar, de maneira que a rede e escolas públicas possam caminhar juntas com ações provocadoras, ultrajando a desigualdade de gênero, atravessando os muros da escola, chegando a tantas outras instituições sociais, bem como a família e a comunidade.

Esperamos, portanto, que haja uma sensibilização dos gestores visando valorizar e conhecer a violência de gênero em suas diversas faces, a fim de mudar posturas, possibilitando repensar a atuação e docência a partir da arte contemporânea. Importa provocar mudanças na realidade social a partir da articulação das políticas intersetoriais e interseccionais, compreendendo um trabalho em rede de construção de uma nova proposta escolar que valorize as pessoas por sua condição humana, concebendo os direitos de gêneros.

Nesse ínterim, enfim, analisamos que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e as escolas públicas devem constituir-se como garantidoras de luta e enfrentamento no caminho para a igualdade de gênero, promovida por todos. ■

Notas

¹ <https://www.scielo.br/psoc/a/9yvwzLKWfTzTmPJdhR5XTb/?format=pdf&lang=pt>

² <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-ocupa-quarto-lugar-no-pais-em-violencia-contra-as-mulheres/>

³ <https://globoplay.globo.com/v/9348104/>

⁴ http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100205&lng=es&nrm=iso

⁵ https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UJFJ_32ee612155d00791432cdc86789a5221

⁶ Kimsooja é um artista interdisciplinar coreana, especializada em produção de vídeo e instalação de arte pública. Ela representou a Coreia do Sul para a 55ª Bienal de Veneza, e do 24º Bienal de São Paulo. Sua obra foi incluída em mais de 30 bienais e trienais da arte contemporânea (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Kimsooja>).

Referências

ANDO, Daniela de Araújo. **Currículo escolar**: possibilidade de apoio ao enfrentamento da violência doméstica (estudo de uma prática em São José dos Campos/SP). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

ARROYO, Miguel. **Vidas ameaçadas**: exigências – respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis: Vozes, 2019.

Bahia ocupa quarto lugar no país em violência contra as mulheres. Correio online. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-ocupa-quarto-lugar-no-pais-em-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: basenacional-comum.mec.gov.br/. Acesso em: 19 mai. 2021.

BRASÍLIA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Emendas Constitucionais de Revisão**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

- BRASÍLIA. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em 12 out. 2020.
- BRASÍLIA. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República Brasília, 2011a.
- BRASÍLIA. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República Brasília, 2011b.
- BRINO, Rachel Faria; SOUZA, Mayra Aparecida de Oliveira. Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional. **Revista Educação e Realidade**, 2016.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. Beyond racism and misogyny: black feminism and 2 live crew. In: MEYERS, Diana Tietjens (Org.). **Feminist social thought: a reader**. New York and London: Routledge, 1997. p. 246-263.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liana Schneider. **Revista Estudos Feministas**, vol. 10, n.1, 2002, p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- CORDEIRO, Ernesto dos Santos. **Educação e gênero: entre os muros, os quintais e a rua - debates e embates dentro e fora do território escolar**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Região de Joinville, 2017.
- DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stella R. (org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 61-65.
- FERREIRA, Meiry de Paula. **Educação: prevenção da violência contra as mulheres?** 2019. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-GO, Goiás, 2019.
- GALVÃO, Elaine Ferreira; ANDRADE, Selma Maffei de. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saúde soc.** 13 (2), Ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200009>
- GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- KIMSOOJA, 'A Laundry Field', 2020, visualização da instalação, Wanås Konst, Suécia. Foto: Mattias Givell. Cortesia do artista e Wanås Konst, Suécia. Disponível em: <https://artreview.com/artist-kimsooja-plants-the-seed-of-an-idea/>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez; RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de. A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. **Educ. rev.** vol. 35, Belo Horizonte ene./dic 2019 Epub 15-Mayo-2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214079>
- LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- MARQUES, Elisângela Carvalho Barbosa de Brito; ANDRADE, Maria Eurácia Barreto de; ARAÚJO, Sandra Santos de. A educação socioemocional no processo de formação dos sujeitos: um olhar crítico sobre a BNCC. In: CARNEIRO, Everton Nery [et al.] (Org.). **Educação, políticas públicas e religião: diálogos interventivos**. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 172-180.
- MEDEIROS, Katia Batista de. **Resistências de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e a escola na rede de proteção**. 2018. Tese (doutorado) – Universidade São Francisco, 2018.
- MEDEIROS, Marlene Alves de Oliveira; SILVA, Ana Lúcia Gomes. **Escala de valor e ateliê de pesquisa: dispositivos de construção de dados para a formação docente na pesquisa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira**. Anais... Disponível em: <http://anaisbr2017.redeestrado.org/trabalhos/eixos?title=11>. Acesso em: 05 ago. 2020.

Ninguém é igual a ninguém. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AbFVgby4wq4>. Acesso em: 18 nov. 2020.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, 27(3): e56070, 2019.

PRETO, Renata Beatriz. 2011. **Violência doméstica contra crianças:** interfaces com o ensino e aprendizagem escolar. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto Catarinense, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel Pedagogia do vírus.** Almedina, 2020.

SANTOS, Samai Serique dos. **Entre Aracne e Atena:** professoras em situação de violência doméstica. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCHOUTEN, Maria Johanna. O enigma do gênero. In.: SCHOUTEN, Maria Johanna. **Uma sociologia do gênero.** Farmacologia: Humus, 2011. p. 13-28.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir (re)existir y (re)vivir. Equador: Abya-yala, 2017.

50 mil mulheres pediram medidas protetivas contra violência doméstica em São Paulo, em 2020. Globoplay. Exibição em 13 mar 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9348104/>. Acesso em: 15 nov. 2020.